

Glossário

Atos Institucionais - **AI**. Medidas jurídicas, expedidas entre 1964 e 1969 pelos governos militares, que conferiram um alto grau de centralização à administração e à política do país. Ao todo foram promulgados 17 atos institucionais, regulamentados por 104 atos complementares. Entre suas inúmeras determinações, os AI suprimiram mandatos parlamentares e suspenderam direitos civis. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – CPDOC/FGV*. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/comum/html. Acesso em 11 de novembro de 2008.

Controle: O controle do cidadão é realizado por órgãos do Estado e tem por objetivo inibir os atos de protesto e rebeliões populares, apoiado por legislação específica definida no crime político. As ações de controle do DEOPS/SP se desenvolveram por meio da vigilância sistemática, do controle da informação e de uma série de procedimentos burocráticos junto às delegacias do interior e da capital. O controle estatal atingiu o seu auge no Brasil em dois momentos distintos: ditadura Vargas (1937 – 1945) e ditadura militar (1964 – 1983). Fonte: *Setor de Pesquisa do Memorial da Resistência de São Paulo*.

DOI-CODI: Sigla para Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna. O DOI tinha como missão identificar, localizar e capturar os integrantes dos grupos considerados subversivos e terroristas, com a finalidade de destruir ou pelo menos neutralizar as organizações a que pertenciam. Essas ações eram planejadas e coordenadas pelo CODI. Em São Paulo, o comando do DOI-CODI cabia ao II Exército e incorporou as estruturas criadas pela Operação Bandeirante em 1969. Com a instauração do sistema DOI-CODI, dois os indivíduos detidos pelos órgãos de segurança deveriam ser levados ao DOI e, posteriormente, encaminhados aos demais órgãos competentes. Essa instrução gerou rivalidades entre o DOI-CODI e o DEOPS/SP, ampliando a violência sustentada por esses dois órgãos, responsáveis por arbitrariedades perante os cidadãos detidos. Fonte: *Setor de Pesquisa do Memorial da Resistência de São Paulo*.

Dossiê: “Unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa, para uma finalidade específica”. Fonte: CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloisa Liberalli (Org). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

Escola dos Annales: Tradição historiográfica originária da revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre. Propôs um novo modelo teórico-metodológico visando uma História mais abrangente e aprofundada. Buscava, principalmente, a substituição da escrita tradicional (em forma de narrativa) pela História-problema, a complementação da abordagem apenas política com a complexidade da existência humana (maneiras de agir, pensar e sentir) e a colaboração com outras disciplinas (Geografia, Psicologia, Antropologia, etc.). Fonte: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989). A Revolução Francesa na História-grafia*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

Guerrilha do Araguaia: Entre a segunda metade dos anos 1960 e abril de 1972, cerca de 70 militantes dirigidos pelo Partido Comunista do Brasil – PCdoB se instalaram nas matas da região do Araguaia (principalmente na margem esquerda do rio Araguaia, entre as cidades de São Domingos e São Geraldo, no Estado do Pará). O objetivo era formar um exército popular com vistas à tomada do poder, irradiando o movimento a partir das áreas rurais rumo às áreas urbanas. Nesse processo, os guerrilheiros (médicos, professores, estudantes, entre outros representantes da classe média) se integraram às pequenas comunidades locais, onde realizaram trabalhos de alfabetização, assistência médica, dentre outros. Desde 1970, as Forças Armadas realizaram elaboradas investidas contra a Guerrilha do Araguaia que, no final de 1974, se encontrou completamente extinta. A maior parte dos guerrilheiros foi morta e até hoje as famílias lutam para localizar e identificar os restos mortais dos desaparecidos. Fonte: *Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2007.

Habeas corpus: Direito civil instituído desde a Constituição brasileira de 1891. Durante o regime militar, foi suspenso por meio do Ato Institucional nº 5 e, atualmente, é garantido pela Constituição de 1988, segundo a qual “conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder”. Fonte: *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Artigo 5º – Inciso LXVIII.

Habeas data: Direito civil garantido pela Constituição brasileira de 1988, segundo o qual se assegura o conhecimento de informações pessoais existentes em registros ou bancos de dados de órgãos governamentais ou públicos. Fonte: *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Artigo 5º – Inciso LXXII.

Movimento Tenentista: Movimento de insatisfação militar, articulado principalmente por oficiais de nível intermediário do Exército (tenentes e capitães). O primeiro ato de rebelião foi a Revolta do Forte de Copacabana, ocorrida no Rio de Janeiro a 5 de julho de 1922. Entre suas várias propostas, o movimento tenentista defendia que o Exército deveria diminuir a rigidez da carreira militar, facilitando a mobilidade de cargos, e que o Brasil necessitava de um poder centralizado para o governo. Fonte: FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

OBAN: Sigla para Operação Bandeirante. Estabelecida no ano de 1969, em São Paulo, a Operação Bandeirante foi um projeto de coordenação dos diferentes órgãos

militares, civis e de inteligência com o objetivo de combater a luta armada e os demais opositores ao regime militar. Foi responsável pela detenção, sequestro, morte e desaparecimento de centenas de cidadãos acusados de subversão e terrorismo. Sua prática foi marcada por extrema violência e uso sistemático da tortura. Além dos militares, atuaram policiais recrutados nos grupos de extermínio já existentes na Polícia Civil. Fonte: *Setor de Pesquisa do Memorial da Resistência de São Paulo*.

Polícia Política: Tipo de força policial direcionada para a modalidade política, com o objetivo de “conter todo e qualquer tipo de distúrbio de origem político-social que viesse a desestabilizar o poder”. Fonte: PEDROSO, Regina Célia. *Estado Autoritário e Ideologia Policial*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; FAPESP, 2005. (Coleção Histórias da Intolerância, 6 - Intolerância Étnica & Intolerância Política)

Prontuário: “Ficha que contém os dados pertinentes de uma pessoa”. Fonte: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Disponível em http://educacao.uol.com.br/dicionarios/. Acesso em 30 de outubro de 2008.

Repressão: Empreendida pelos aparelhos do Estado e apoiada em legislação específica, a repressão tem como objetivo garantir o controle social e suspender, impedir, desarticular e punir os movimentos político-sociais de contestação à ordem vigente. Impondo o medo, essa prática assume múltiplas formas de violência física e simbólicas: prisão, expulsão, banimento, tortura, censura, toque de recolher. A repressão policial em tempos de ditadura foge à normalização e assume a violência deliberada através de práticas de tortura, desaparecimento e extermínio. Fonte: *Setor de Pesquisa do Memorial da Resistência de São Paulo*.

Resistência: É a oposição, reação ou luta contra uma autoridade governamental ou força opressora, principalmente aquela que se apossa do poder de forma ilegítima. As práticas de resistência variam de acordo com as circunstâncias históricas, as formas de governo ou os regimes a que se opõem. Enquanto conjunto de iniciativas individuais ou coletivas, manifesta-se sob múltiplas formas ou ações. A força da resistência depende de sua capacidade de organização, mobilização, funcionamento e propaganda e da ideologia defendida pelos grupos políticos e sociais. Fonte: *Setor de Pesquisa do Memorial da Resistência de São Paulo*.

Serviço Nacional de Informações - SNI: Instituído no dia 13 de junho de 1964 pelo presidente Humberto Castelo Branco através da Lei nº 4.341, o Serviço Nacional de Informações tinha “por finalidade supervisionar e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra-informação, em particular as que interessem à segurança nacional”, estando “isento de quaisquer prescrições que determinem a publicação ou divulgação de sua organização, funcionamento e efetivos”. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – CPDOC/FGV*. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/comum/html/. Acesso em 11 de novembro de 2008.

Bibliografia

LIVROS

- AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannuchi Leone de; JR., Walter Cruz Swenson (Org). ARAÚJO, Lucimar Almeida de; NETO, Orion Barreto da Rocha Klautau (Co-Org). *No criação das trevas: a DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001. (Dossiês DEOPS/SP; Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro - Volume 1)
- AZEVEDO, Ricardo de; MAUÉS, Flamarion (Org). *Rememória. Entrevistas sobre o Brasil do Século XX*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.
- BETTO, Frei. *Batismo de Sangue. A luta clandestina contra a ditadura militar. Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- Brasil, Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, Arquidiocese de São Paulo, 1985.
- CARNEIRO, Maria Luíza Tucci; KOSSOY, Boris (Org). *A Imprensa Confiçada pelo DEOPS, 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial, Arquivo do Estado, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O Longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência. Aspectas da Cultura Popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLITÍCOS [et al]. *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1996.

- Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2007.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- FILIPPOUSKI, Ana Maria Ribeiro; MARCHI, Diana Maria; SCHÄFFER (Org). *Teorias e Fazeres na Escola em Mudança*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Núcleo de Integração Universidade & Escola da PROEXT/UFRGS, 2005.
- FON, Antonio Carlos. *Tortura. A História da Repressão Política no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1979.
- FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaias; PONCE, J. A. de Granville (Org). *Tridentes, um preside da ditadura. Memórias de Pressos Políticos*. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. (Coleção As Ilusões Armadas – Volume 1)
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. (Coleção As Ilusões Armadas – Volume 2)
- GOFFE, Jacques Le. *Documento/Monumento*. In: **Enciclopédia Einaudi. Volume 1 Memória-História**. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.
- GOFFE, Jacques Le. *História*. In: **Enciclopédia Einaudi. Volume 1 Memória-História**. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.
- GOFFE, Jacques Le. *Memória*. In: **Enciclopédia Einaudi. Volume 1 Memória-História**. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.
- HOLANDA, Cristina Rodrigues (Org). *Sala Escura da Tortura. Uma experiência educativa no Museu do Ceará*. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, Museu do Ceará, 2006. (Cadernos Paulo Freire – Volume IX)
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.
- JORDÃO, Fernando. *Dossiê Herzog. Prisão, Tortura e Morte no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1979. (Passado & Presente 1)
- KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil. Diário da Campanha da Diretas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- KUCINSKI, Bernardo. *O Fim da Ditadura Militar*. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a História)
- MARIGHELLA, Carlos. *Poemas. Rondô da Liberdade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- MARIGHELLA, Carlos. *Por que resisti à prisão*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- MARKUN, Paulo (Org). *Vlado. Retrato da morte de um homem e de uma época*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

- Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Volume 3: Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.
- Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental. História*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.
- PEDROSO, Regina Célia. *Estado Autoritário e Ideologia Policial*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; FAPESP, 2005. (Coleção Histórias da Intolerância, 6 – Intolerância Étnica & Intolerância Política)
- PEROSA, Lilian Maria Farias de Lima. *Cidadania Proibida. o caso Herzog através da imprensa*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, 2001.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A Damação do Objeto. O Museu no Ensino de História*. Chapecó: Argos, 2004.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Org). *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita. Ideias, Instituições e Personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ, Mauad Editora, 2000.
- TAKEUCHI, Márcia Yumi. *O Perigo Amarelo. Imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945)*. São Paulo: Humanitas, 2008. (Histórias da Repressão e da Resistência, 7)
- TELES, Janaina (Org). *Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?* São Paulo: Humanitas – FFLCH/USP, 2001.

CATÁLOGOS DE EXPOSIÇÃO

- Direito à Memória e à Verdade. A Ditadura no Brasil 1964-1985*. São Paulo: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2008.
- Nipo-brasileiros no Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2008.

		
Governo do Estado de São Paulo	Memorial da Resistência	Material de Apoio ao Professor
Governador do Estado <p>João Serra</p>	Coordenação <p>Marcelo Mattos Araújo</p>	Pesquisa, concepção e redação <p>Caroline Grassi Franco de Menezes</p> <p>Mila Milene Chiovatto</p> <p>Gabriela Aidar</p>
Secretário de Estado da Cultura <p>João Sayad</p>	Museologia <p>Kátia Regina Felipini Neves</p>	Consuloria em Museologia <p>Maria Cristina Oliveira Bruno</p>
Secretário-Adjunto <p>Ronaldão Bianchi</p>	Educação <p>Caroline Grassi Franco de Menezes</p>	Design Gráfico <p>Claudio Fils</p>
Chefe de Gabinete <p>Sérgio Tietzi</p>	Coordenadora da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico <p>Claudineéli Moreira Ramos</p>	
Pinacoteca do Estado de São Paulo	Memorial da Resistência	
Diretor Executivo <p>Marcelo Mattos Araújo</p>	Diretor Financeiro <p>Miguel Gutierrez</p>	
Memorial da Resistência		
Largo General Osório, 65 – Luz, São Paulo, SP		
Fone 55 11 3335-4996		
memorialdaresistencia@pinacoteca.org.br		



MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

GOVERNO DE SÃO PAULO

GOVERNO DE SÃO PAULO

ARTIGOS

- CARNEIRO, Maria Luíza Tucci Carneiro. *Os Arquivos da Polícia Política Brasileira*. Disponível em http://www.proin.usp.br/artigos.php. Acesso em 12 de outubro de 2008.
- CARNEIRO, Maria Luíza Tucci Carneiro. *O lugar do tempo revolucionário: dos portes aos arquivos oficiais*. Disponível em http://www.proin.usp.br/artigos.php. Acesso em 12 de outubro de 2008.
- CHAUÍ, Marilena. *Direitos Humanos e Educação. Congresso sobre Direitos Humanos*. Brasília: 2006. Disponível em http://www.dhnet.org.br/dados/textos/a_pdf/chau_i_dh_educacao.pdf. Acesso em 4 de novembro de 2008.

PERIÓDICOS

- CORRÊA, Larissa Rosa. *O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo*. In: **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. São Paulo: nº 33, ano 4, outubro de 2008.
- ELIAS, Beatriz Helena Bittencourt Vicentini. *DEOPS: a violência documentada*. In: **Impulso. Revista de Ciências Sociais e Humanas**. Piracicaba: v. 15, nº 37, pg 113-120, 2004.
- FICO, Carlos. *Verões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 24, nº 47, pg 29-60, 2004.
- NASCIMENTO, Gilberto. *A Memória Condensada*. In: **Carta Capital**. São Paulo: 20 de agosto de 2008, Ano XV – nº 509, pg 10-15.
- SÄDER, Emir. *Tortura nunca mais? In: Carta na Escola*. São Paulo: outubro de 2008, Edição nº 30, pg 52-54.
- VÁRIOS. *Tortura: reportagem especial sobre a herança maldita da ditadura militar*. In: **Caros Amigos**. São Paulo: Ano XII – nº 138, setembro de 2008, pg 30-39.

MATERIAIS DIDÁTICOS

- NÚCLEO DE AÇÃO EDUCATIVA. *Ficha de identificação de documentos fotográficos para fins pedagógicos. Roteiro de Análise*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.
- NÚCLEO DE AÇÃO EDUCATIVA. *Ficha de identificação de documentos manuscritos para fins pedagógicos. Roteiro de Análise*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.
- NÚCLEO DE AÇÃO EDUCATIVA. *Roteiro para leitura de iconografia fotográfica*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.
- PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Material de Apoio ao Professor. Exposição O Florescer das Cores. A Arte do Período Edo*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2008.
- PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Material de Apoio ao Professor. Programa Bem-Vindo Professor! Arte Brasileira – Século XIX. Volume 2. Arthur Timotheo da Costa e João Batista Castagneto*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2008.
- PRATES, Valquíria; CHIOVATTO, Milene. *Material de Apoio ao Professor. Século XVI: Nuno Ramos e Beatriz Milhazes*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2008.

Menezes, Caroline Grassi Franco de

Material de apoio ao professor: Memorial da Resistência / Caroline Grassi Franco de Menezes, Mila Milene Chiovatto, Gabriela Aidar. - São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009.

Pinacoteca do Estado de São Paulo: Memorial da Resistência – proposta pedagógica para uso de documentos históricos em sala de aula.

1. Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – DEOPS/SP; 1924-1983 2. Era Vargas: 1930-1945 3. Repressão Política - Brasil 4. Resistência Política - Brasil 5. Ditadura Militar - Brasil: 1964-1985 6. Pinacoteca do Estado de São Paulo; Memorial da Resistência I. Autor II. Título.

CDD 981.06

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

MATERIAL DE APOIO AO PROFESSOR

Orientações aos educadores

A História pode ser definida, segundo o historiador Marc Bloch, como a “ciência dos homens no tempo”¹. Com isto, é possível afirmar que a História considera a ação dos homens, realizada segundo suas intenções e objetivos, como responsável pela transformação do mundo e da humanidade. Ao mesmo tempo, a História busca compreender esse processo a partir das relações temporais, relacionando o presente com o passado e o passado com o presente.

“O passado como transcorreu, jamais pode ser recuperado em toda a sua complexidade, tampouco revivido da forma como sucedeu”². Nas palavras do historiador Lucien Febvre, “organizar o passado em função do presente: assim se poderia definir a função social da história”³. Mas o futuro também é parte integrante da relação temporal que constitui a História, na medida em que “novas leituras de documentos, frutos dum presente que nascerá no futuro, devem assegurar ao passado uma sobrevivência – ou melhor, uma vida”⁴. Assim, o passado é, portanto, construído e constantemente reinterpretado.

A construção do passado é realizada a partir da escolha de documentos, utilizados como fontes históricas. Preocupada com uma História ampliada e mais aprofundada, a **Escola dos Annales**, propôs um conceito mais dinâmico de documento: “a História faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e a maneira de ser do homem”⁵. Esta abertura levou também à dinamização do conceito tradicional de documento escrito, passando os historiadores a considerar novos tipos, tais como literatura, anúncios, memórias escritas, entre outros.

Para auxiliar na contextualização dos documentos e dos conceitos selecionados, são apresentados alguns textos informativos, tais como: “DEOPS/SP: a repressão institucionalizada”, sobre a história, o funcionamento e a documentação do órgão, e os panoramas históricos da Era Vargas (1930-1945) e do regime militar (1964-1985), com os principais fatos e datas.

Com isto, mais do que possibilitar a compreensão dos conceitos centrais de **controle**, **repressão** e **resistência**, esperamos que este material possibilite um rico diálogo a respeito da coexistência e da atualidade deles. A fotografia do culto eumênico (1975), por exemplo, registra a realização de um momento de resistência da sociedade civil, originado na indignação pela repressão institucionalizada que vitimou Vladimir Herzog. E, ainda nos dias de hoje, há várias questões relacionadas ao período do regime militar que não estão resolvidas, causando indignação e mantendo ativa a luta de familiares e amigos de militantes políticos da época.

Diante de qualquer documento, não devemos ter uma postura passiva, mas sempre refletir criticamente sobre ele. Assim, devemos considerar não apenas os dados nele expressos, mas também o contexto de sua produção, ou seja, a quais relações sociais e de poder ele responde.

Para que os documentos “falem” é preciso interrogá-los, tomando como parâmetros a época de sua produção; para quê e por quem foi proposto; de que maneira foi produzido, etc. É preciso notar, ainda, que embora seja uma ciência, a História também contempla a subjetividade humana. Por isso, é importante que o historiador seja – na medida do possível – imparcial, buscando evidenciar o que considera ser a verdade, independente de seus interesses pessoais e de seu repertório cultural.

No cotidiano da sala de aula, é possível notar que o discurso dos livros e dos professores é considerado como verdades incontestáveis pelos alunos. E, no caso da disciplina de História, esta situação baseia-se na convicção geral de que a História é a sequência de datas e eventos de um tempo passado, cujo caráter intocável é passível de ser resgatado “como aconteceu”. Sem dúvida, esta disciplina apresenta uma carga informativa muito importante, referente a datas e eventos. Mas é fundamental esclarecer aos alunos que em virtude de sua carga de subjetividade, a História apresenta interpretações dos fatos e eventos, tornando a noção de verdade menos incontestável. Dessa maneira haverá uma melhor compreensão acerca da produção do conhecimento histórico, entendido como “uma operação intelectual que se esforça por produzir determinadas compreensões do passado e não uma cópia”⁶.

Também reforçamos que as propostas interdisciplinares devem ser uma constante na prática pedagógica escolar, estimulando o aluno a compreender o processo de construção de conhecimento como um todo articulado pelas disciplinas específicas.

Chamamos de *Leitura de Documento Histórico* as estratégias utilizadas para a análise dos dados objetivos e dos potenciais interpretativos de documentos históricos, visando a sua reflexão crítica. Contamos com a mediação do professor para, segundo as especificidades do perfil e da faixa etária dos alunos, aproximar a *Leitura* sugerida da realidade atual, de modo a permitir uma apropriação significativa dos documentos aqui reproduzidos.

A partir da experiência com este material, é possível pesquisar outros documentos históricos, outras personalidades e outras temáticas semelhantes às selecionadas, como inspiração para criar novas *Leituras de Documentos Históricos*. Você pode começar sua pesquisa pelo próprio Memorial da Resistência de São Paulo.

Focos de interesse

Como focos de interesse neste material, foram selecionados documentos históricos representativos de momentos marcantes da História Republicana do Brasil, relacionados aos períodos da **Era Vargas (1930-1945)** e do **regime militar (1964-1985)**. A partir de suas naturezas diferentes, do ponto de vista técnico e formal, compõem um universo variado de tipos documentais que expressam os conceitos de **controle** e **repressão**, norteadores das ações realizadas pelo DEOPS/SP e de **resistência** política.

Para auxiliar na contextualização dos documentos e dos conceitos selecionados, são apresentados alguns textos informativos, tais como: “DEOPS/SP: a repressão institucionalizada”, sobre a história, o funcionamento e a documentação do órgão, e os panoramas históricos da Era Vargas (1930-1945) e do regime militar (1964-1985), com os principais fatos e datas.

Com isto, mais do que possibilitar a compreensão dos conceitos centrais de **controle**, **repressão** e **resistência**, esperamos que este material possibilite um rico diálogo a respeito da coexistência e da atualidade deles. A fotografia do culto eumênico (1975), por exemplo, registra a realização de um momento de resistência da sociedade civil, originado na indignação pela repressão institucionalizada que vitimou Vladimir Herzog. E, ainda nos dias de hoje, há várias questões relacionadas ao período do regime militar que não estão resolvidas, causando indignação e mantendo ativa a luta de familiares e amigos de militantes políticos da época.

Muitos são os caminhos educativos possíveis para trabalhar com os documentos históricos presentes neste material. Assim, esperamos que outros caminhos sejam criados, além dos indicados aqui, e sugerimos que as experiências educativas sejam registradas por escrito, tendo em vista poder compartilhá-las e refletir sobre elas. e à repressão de indivíduos engajados em resistir à ditadura.

Contextos

DEOPS/SP: a repressão institucionalizada

O movimento operário de greves gerais (1917), a fundação do Partido Comunista Brasileiro – PCB (1922) e as rebeliões tenentistas (1922) foram, nas primeiras décadas do século XX, algumas das movimentações políticas de setores da população em reação ao governo vigente, levando, então, as classes dirigentes a implementar um aparato administrativo-legal de vigilância, controle e repressão dos cidadãos. Nesse contexto, foi criada em diferentes Estados uma força policial especializada em crimes políticos: o Departamento Estadual de Ordem Política e Social – DEOPS. A Lei nº 2.034, de 30 de dezembro de 1924, estabeleceu o DEOPS no Estado de São Paulo. A coordenação em nível federal destas *polícias políticas* cabia ao Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, sediado no Rio de Janeiro.

^[1] MARKUN, 1985, pg 11.

^[2] MARKUN, 1985, pg 213.

^[*] Os termos sublinhados constam do glossário.

^[**] Este material procurou se adequar ao Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor.

^[1] BLOCH, 2001, pg 67.

^[2] STEPHANOÜ, Maria. *O Ensino de História e a Produção de Conhecimentos*. In: FILIPOUSKI; MARCHI; SCHÄFFER, 2005, pg 166.

^[3] GOFF, 1984, pg 164.

^[4] GOFF, 1984, pg 163.

^[5] GOFF, 1984, pg 98.

^[6] STEPHANOÜ, Maria; SEFFNER, Fernando. *De novo a mesma História? O que ensinar e aprender nas aulas de História? Perguntas que não querem calar*. In: FILIPPOUSKI; MARCHI; SCHÄFFER, 2005, pg 174.

Ao longo da existência do DEOPS/SP (1924-1983), várias leis e decretos alteraram a sua denominação e a sua estrutura, ainda que tenham implementado poucas mudanças significativas em suas atribuições. Dentre as doze mudanças de denominação efetuadas, ocorreram, por exemplo, três no ano de 1930: Delegacia Especializada de Ordem Política e Social; a divisão em Delegacia de Ordem Política e Delegacia de Ordem Social; e Superintendência de Ordem Política e Social. Em relação à estrutura, destaca-se o Decreto nº 11.782, de 30 de dezembro de 1940, que cria o Serviço Secreto e o Decreto nº 6.836, de 30 de setembro de 1975, que transforma o Serviço Secreto em Divisão de Informações.

Os períodos de autoritarismo ditatorial da História do Brasil Republicano – o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e o regime militar (1964-1985) – proporcionaram os momentos de maior atuação do DEOPS/SP, embora durante o período democrático de 1945 a 1964 também tenha atuado. Subsidiadas por legislação específica, as ações do DEOPS/SP “variaram de intensidade, entretanto, dependendo dos tempos que se vivia e a quem se pretendia atingir”⁷.

De maneira geral, a imagem negativa de cidadãos considerados subversivos ia sendo construída a partir de um discurso estereotipado e carregado de estigmas, que, legitimado pelos meios de comunicação, espalhava na sociedade a lógica da desconfiança contra esses grupos. Para tanto, o órgão apontava alguns elementos como comprometedores, como por exemplo a orientação ideológico-partidária (comunistas, anarquistas, integralistas, entre outros) e a ocupação profissional (jornalistas, estudantes, livreiros, operários, entre outros). Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os alemães, japoneses e italianos residentes no país passaram a ser chamados de “súditos do Eixo” e se transformaram num dos principais alvos do período.

Por meio dos documentos produzidos e acumulados pelo DEOPS/SP, é possível compreender a elaboração do discurso acusatório contra cidadãos considerados subversivos e a comprovação de seus crimes, justificando a repressão. Neste esforço de desmontagem do raciocínio policial, é possível reconhecer que, intrínseco ao discurso da ordem, reiteradamente utilizado pelo aparato repressivo, encontra-se também o discurso da desordem, composto pelo universo das ações de resistência em relação aos regimes autoritários.

No esforço de levantar evidências para a comprovação dos crimes, o DEOPS/SP promoveu a vigilância de atividades cotidianas e profissionais, locais de encontro e a apreensão de livros, panfletos, jornais, correspondências. Na prática de suas funções de controle e repressão, a ação do órgão produziu uma rica composição de documentos administrativos: autos de busca, autos de apreensão, relatórios de investigação, fichas de qualificação, entre outros. Todo o processo é registrado por meio de flagrantes fotográficos (responsabilidade do Laboratório Técnico do Departamento de Ordem Política e Social) e divulgado por meio da imprensa (trechos de jornais eram recortados pelos policiais e anexados como documentos aos prontuários e dossiês). Durante o período do regime militar, o DEOPS/SP incorporou a logística e as estratégias militares, devido ao enfrentamento realizado contra grupos revolucionários de ação armada. Com isto, o órgão intensificou as atividades de repressão, tais como prisões ilegais, invasão de domicílio, censura postal, torturas e mortes. As informações acusatórias sobre os “subversivos” eram obtidas por meio de informantes e da colaboração de associações identificadas com as ideologias conservadoras (Comando de Caça aos Comunistas – CCC, Tradição, Família e Propriedade – TFP, etc.).

A documentação produzida e acumulada pelo DEOPS/SP está organizada, de maneira geral, em **prontuários** e **dossiês**. Criados na origem do órgão, os prontuários são nominais e referem-se fundamentalmente a pessoas físicas, embora uma pequena parcela se refira a partidos, entidades e temas. A partir da segunda metade da década de 1930, surgem os dossiês, que apresentam o caráter temático. O acesso à documentação é possível por meio de fichas que remetem à localização dos prontuários e, no caso dos dossiês, das pastas. Os dossiês são formados por pastas, cada uma tratando de assuntos específicos, expressos por código alfa-numérico (número-letra-número),

por exemplo 10-D-5 (23). Peguemos esse exemplo para entender a decifração dos códigos. O primeiro elemento, numérico, divide-se e subdivide-se a partir de dezenas (de 10 a 50) em *famílias* e *subfamílias* que representam temas amplos: 10 significa o tema “sabotagem realizada por estrangeiros”. As letras (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, Z) representam qual o *setor da sociedade* abordado pela pasta, sendo D relacionada aos “militares”. O terceiro elemento, numérico, representa a *ordem cronológica de abertura das pastas*: 5 representa a quinta pasta aberta sobre o tema. Ainda existe um quarto elemento, novamente numérico e relacionado ao *número do documento*, assim 23 refere-se ao documento número 23 da quinta pasta sobre o tema “sabotagem de estrangeiros”, envolvendo o setor social “militares”. Vale registrar que os códigos dos dossiês receberam alterações e adaptações ao longo de seu funcionamento, e que seu estudo e decifração permanecem em desenvolvimento.

Em 1983, o então governador de São Paulo, José Maria Marin, promoveu o encerramento das atividades do DEOPS/SP por meio do Decreto nº 20.728, de 4 de março. Com a extinção do DEOPS/SP a sua documentação permaneceu sob a custódia da agência paulista da Polícia Federal até 1991, quando foi transferida para a Secretaria de Estado da Cultura, que a colocou sob a tutela do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Esta ação é resultado do direito ao *habes data*, que, garantido pela Constituição brasileira de 1988, levou a administração pública a transferir os acervos das polícias políticas para as instituições arquivísticas públicas.

A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos, garante o direito de acesso pleno aos documentos públicos. Ao mesmo tempo, porém, fixa categorias de sigilo e prazos de restrição para o acesso aos documentos. Em 1994, uma comissão formada por representantes da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, de demais entidades de defesa dos direitos humanos, além de historiadores, arquivistas, juristas e outros segmentos da sociedade pressionou o governo do Estado de São Paulo pela abertura dos arquivos do DEOPS/SP. Por meio da Resolução nº 38, de 27 de dezembro de 1994, a Secretaria de Estado da Cultura permitiu o livre acesso à documentação mediante a assinatura de um termo de responsabilidade, segundo o qual os consulentes se comprometem pelo uso e difusão das informações contidas nos documentos.

Com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP e em convênio com o Arquivo Público do Estado de São Paulo, a documentação dos arquivos DEOPS/SP tem sido inventariada através de projetos. Sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo), o projeto “Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP: Série Dossiês (1940-1983)” foi estruturado para abarcar toda a documentação da série dossiês (cerca de 1.100.000 fichas, 2.000.000 documentos e 9.626 pastas) e teve a duração de 1998 a 2002. Os resultados do projeto foram publicados na série de cinco volumes “Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro”.

Por sua vez, o Projeto Integrado Arquivo Público do Estado/ Universidade de São Paulo – PROIN realiza desde 1995 diferentes atividades sistemáticas. Entre os anos de 1999 a 2004, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo), do Prof. Dr. Boris Kossov (Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo) e do Dr. Fausto Couto Sobrinho (Arquivo Público do Estado de São Paulo), o PROIN desenvolveu o Projeto FAPESP denominado “Inventário DEOPS (1924-1983)”. Os resultados dos trabalhos envolvem cerca de 183 mil fichas policiais digitadas conforme a documentação original e cerca de 20 mil prontuários nominais e institucionais disponibilizados em banco de dados. Além da publicação de 26 livros e da produção de 6 exposições, entre outras realizações. Atualmente, encontra-se em desenvolvimento o Projeto FAPESP “Arquivos da Repressão e da Resistência” (2007-2011), direcionado aos dossiês e prontuários do Fundo DEOPS e do Fundo DEIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, sob a coordenação da Profa. Tucci Carneiro, do Prof. Kossov e do Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar (Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Grupos escolares e demais interessados têm a possibilidade de contato com os documentos pertencentes ao DEOPS/SP, disponíveis para a consulta no Arquivo Público do Estado de São Paulo e para a pesquisa eletrônica no Centro de Referência do Memorial da Resistência de São Paulo.

A Era Vargas (1930-1945): panorama histórico

A Revolução de 1930, que colocou Getúlio Vargas no poder, foi o resultado de fatores políticos e econômicos que geraram um contexto de crise no Brasil. Referimo-nos à disputa das elites dominantes pela sucessão da presidência da República e à quebra da Bolsa de Nova York em 1929. Contrariando o acordo da “política do café com leite”, segundo a qual São Paulo e Minas Gerais se revezavam no governo federal, o presidente Washington Luís encaminhou a sucessão de seu cargo para o também paulista Júlio Prestes. Com esta decisão, setores das classes dominantes de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e do Nordeste organizaram a oposição representada pela Aliança Liberal – AL. O partido lançou, então, as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa para os cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente. A Aliança Liberal tornou-se “símbolo de renovação”, pois a campanha de Getúlio Vargas apresentava a proposta de reformas eleitorais (voto secreto, combate às fraudes nas eleições, etc.) e de reformas trabalhistas (férias, jornada de trabalho de oito horas, salário mínimo, etc.). Já no plano econômico, a crise econômica mundial causou a diminuição do consumo e a queda dos preços do café, levando os cafeicultores brasileiros ao prejuízo e colaborando para o clima de instabilidade geral.

Em 1930, com o descontentamento gerado pela vitória eleitoral de Júlio Prestes e da repercussão política acerca do assassinato de João Pessoa⁸, a Aliança Liberal se articulou com o **movimento tenentista**, promovendo a revolução civil e militar conhecida por Revolução de 1930. Empossado no dia 3 de novembro, Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório revolucionário, pondo fim à Primeira República. Com o apoio da Igreja Católica, o governo provisório implementou medidas centralzadoras desde cedo: dissolução do Congresso Nacional, com Vargas assumindo os poderes executivo e legislativo; demissão dos governadores estaduais e substituição por interventores federais; criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1933), centralizando a política trabalhista a partir das ações do governo; etc.

Neste contexto, os paulistas desencadearam, em 1932, a Revolução Constitucionalista: uma luta contra o governo federal, pelo fim da intervenção nos estados e pelas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, que deveria produzir uma nova Constituição e eleger um novo presidente da República. Mesmo derrotado, cerca de três meses depois, o movimento revolucionário paulista influenciou o Governo Provisório a realizar eleições para a Assembleia Constituinte, decisão tomada em maio de 1933. Este processo contou com o novo Código Eleitoral que, em relação à Primeira República, trouxe avanços no que diz respeito aos direitos políticos, introduzindo o voto secreto, a representação classista (delegados representantes dos sindicatos de profissionais) e o voto feminino.

Assim organizada, a Assembleia promulgou, em julho de 1934, a nova Constituição, e elegeu Getúlio Vargas para presidente até 3 de maio de 1938 – quando haveria eleições diretas para a ocupação do cargo. Inspirada no modelo da Constituição alemã de Weimar, a Constituição brasileira de 1934 apresentou, principalmente, a preocupação com os temas “ordem econômica e social”, “família, educação e cultura” e “segurança nacional”.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a crise mundial desencadeada pela queda da Bolsa de Nova York (1929), o modelo da democracia liberal ficou desacreditado, principalmente no que diz respeito à liberdade econômica e à igualdade de oportunidades. Os governos democráticos não conseguiram fornecer soluções para equacionar os problemas de desemprego e empobrecimento. Neste contexto, movimentos totalitários e

autoritários passaram a ganhar força e adeptos, pois traziam novas propostas para a situação crítica da época. Na Europa, se levantaram Benito Mussolini (na Itália), Josef Stalin (na União Soviética) e Adolf Hitler (na Alemanha). No Brasil, surgiram dois partidos: a Aliança Nacional Libertadora – ANL (liderada por Luís Carlos Prestes e sob orientação do comunismo soviético) e a Ação Integralista Brasileira – AIB (liderada por Plínio Salgado e sob orientação fascista). Apesar das diferenças ideológicas e práticas, esses partidos tinham em comum o caráter nacionalista, a proposição de reformas econômicas e sociais, e a defesa do fortalecimento de um governo central e da intervenção do Estado na economia.

A resosta do governo Vargas seguiu uma linha autoritária mais próxima à do fascismo integralista. O Estado brasileiro assumiu para si a responsabilidade de promover a estabilidade política, o desenvolvimento econômico e o bem-estar social no país – foi a chamada “modernização conservadora”. Neste contexto, foi aprovada a Lei de Segurança Nacional em 1935, segundo a qual se suspendia o direito ao *habeas corpus* e se determinavam os crimes contra a ordem política e social: greves, propagandas consideradas subversivas, partidos ou associações que propussem uma nova ordem, etc., ampliando as medidas repressivas.

Com a ANL fechada por um decreto de julho de 1935, o Partido Comunista Brasileiro – PCB organizou uma insurreição para a tomada do poder e a instalação do governo revolucionário. Em novembro, o movimento de caráter militar estourou no Rio Grande do Norte, Recife e Rio de Janeiro. Rapidamente derrotado, foi utilizado pelo governo federal para espalhar o perigo da chamada “ameaça comunista”. No sentido de reprimir comunistas e tenentes, foi criado o Tribunal de Segurança Nacional (tribunal de exceção para julgar crimes políticos) e foram expulsos e substituídos por aliados de Vargas os membros radicais do Exército que haviam participado do levante.

A partir de 1936, tiveram início as movimentações para a realização das eleições presidenciais previstas para janeiro de 1938: os partidos políticos determinaram seus candidatos, o governo tomou medidas para abrandar a repressão, etc. Neste contexto, foi concedida anistia a trezentos presos em 1937, entre eles Carlos Marighella. Em setembro de 1937, porém, o capitão integralista Olímpio Mourão Filho escreveu o fictício “Plano Cohen”, que seria um plano de insurreição comunista assinado por um certo Cohen (referência aos judeus), cuja execução previa saques, incêndios de igrejas, invasão de lares, etc. Divulgado pelo Exército em rede nacional de rádio, sua “descoberta” levou o Congresso Nacional a declarar estado de guerra e a suspender as garantias constitucionais. Com isso, Getúlio Vargas e os militares aplicaram o golpe político que, em 10 de novembro de 1937, deu início à ditadura conhecida por Estado Novo.

“O Estado Novo não representou um corte radical com o passado. Muitas de suas instituições e práticas vinham tomando forma no período 1930-1937. Mas a partir de novembro de 1937, elas se integraram e ganharam coerência no âmbito do novo regime”⁹. Dissolvido o Congresso, Vargas promulgou nova Constituição brasileira e centralizou em sua figura pessoal o comando do país.

No plano econômico, houve a promoção da industrialização, especificamente a substituição de importações pela produção interna e o estabelecimento de indústrias de base – política que se intensificou após a entrada do país na Segunda Guerra Mundial, em 1942. É importante destacar a constituição da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (1941) e o início da implantação da Usina de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, que foram responsáveis pela ampliação da produção de aço, dando início à grande indústria siderúrgica no país. Também neste contexto, foi criado o Conselho Nacional do Petróleo – CNP em 1938. Com base numa política nacionalista, o CNP garantiu que a refinação de petróleo importado e a produção de petróleo nacional ficassem sob o controle do Estado. É neste cenário que o posicionamento do escritor Monteiro Lobato conta a política estatal para o petróleo leu-vo

a ser preso pelo DEOPS/SP em 1941. A criação da Petrobrás em 1953, empresa petrolífera estatal, deu-se apenas durante o segundo governo Vargas de 1951 a 1954.

A política trabalhista implementada por Getúlio Vargas foi um elemento fundamental na construção do culto à sua figura. Em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, ligado diretamente à presidência. Com a função de controlar os meios de comunicação existentes na época – rádio, cinema, teatro, imprensa, etc. –, o órgão censurava as críticas e as informações consideradas nocivas, difundindo a versão oficial sobre os acontecimentos do país e enaltecendo a imagem de Vargas. Importante instrumento utilizado pelo DIP foi o programa de rádio “Hora do Brasil”, por meio do qual Getúlio falava diariamente com os ouvintes, estabelecendo ligação direta com a população e fazendo propaganda sobre o governo federal. Assim, a legalização de medidas em favor dos trabalhadores, tais como a fixação do salário mínimo (1940) e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (1943), eram amplamente divulgadas. A política populista criou direitos trabalhistas que pareciam como favores do Estado, por sua vez representado por Getúlio Vargas.

Enquanto a figura paternal de Vargas se afirmava em meio à população em geral, o autoritarismo do regime realizava a repressão sobre os setores da sociedade que defendiam posições contrárias e críticas. “O Estado Novo perseguiu, prendeu, torturou, forçou ao exílio intelectuais e políticos, sobretudo de esquerda e alguns liberais”¹⁰.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942) foi um fator decisivo para o enfraquecimento do Estado Novo, devido, principalmente, ao alinhamento do país junto aos Aliados. Em 1944, ao enviar mais de vinte mil homens por meio da Força Expedicionária Brasileira – FEB para lutar na Europa contra o fascismo, a ditadura Vargas se contradizia apoiando os países democráticos. Pressionado por manifestações de estudantes, mulheres, trabalhadores e profissionais liberais pela redemocratização do país, Getúlio começou a promover medidas de abertura política. Neste contexto, em 1945, o presidente aprovou a Lei da Anistia, em favor dos presos e exilados políticos: Luís Carlos Prestes e Carlos Marighella foram alguns dos líderes da oposição libertados.

Além disso, foram marcadas as novas eleições para a presidência da República e a Assembleia Constituinte, a serem realizadas em 2 de dezembro de 1945. O novo Código Eleitoral possibilitou que os partidos se organizassem e lançassem candidatos para as eleições. Surgiram, principalmente, a União Democrática Nacional – UDN (formada pela oposição liberal de banqueiros e representantes do setor privado), o Partido Social Democrático – PSD (partido do governo) e o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB (orientado sob o populismo de Getúlio e que congregava os trabalhadores em geral).

De volta à legalidade, o Partido Comunista Brasileiro – PCB também concorreu nessas eleições, mesmo com o apoio declarado por Prestes ao governo Vargas.

Com o slogan “Queremos Getúlio”, a campanha “queremista”, organizada pelos núcleos ligados ao presidente, proporcionou momentos de fôlego às intenções de Vargas em permanecer no poder. Mas o caminho rumo à redemocratização não tinha volta e um acontecimento representou a gota d’água para o fim do Estado Novo. Em 25 de outubro de 1945, Vargas destituiu o chefe de polícia do Distrito Federal por ter proibido a realização de um comício queremista. A nomeação de seu irmão, Benjamin Vargas, para substituí-lo causou entre os militares o temor de um novo golpe de Vargas. Com isto, o general Góis Monteiro, do Ministério da Guerra, organizou as tropas e forçou Getúlio a renunciar na dia 29 de outubro. Ele, no entanto, não deixou o cenário político, pois foi eleito senador nas eleições realizadas no final desse ano.

Após quinze anos (1930-1945), os militares que haviam colocado Vargas no poder foram os responsáveis por sua deposição. Assim, a transição para o regime democrático foi desencadeada por forças que participaram e apoiaram o regime autoritário de Getúlio Vargas.

A ditadura militar (1964-1985): panorama histórico

O historiador José Murilo de Carvalho divide em três fases o período histórico do regime militar (1964-1985)¹¹. A primeira fase abarca os anos de 1964 a 1968 e, sob o domínio dos setores liberais das Forças Armadas, foi marcada inicialmente por intensa atividade repressiva, seguida de sinais de abrandamento. De 1968 a 1974, tem-se a segunda fase com a direção dos militares mais truculentos, segundo a qual o país vivenciou o auge da repressão política, do ponto de vista dos direitos civis. E a terceira fase, que começa em 1974 e termina em 1985 com a eleição indireta de Tancredo Neves, caracteriza-se pela liberalização do sistema, em que os poucos as leis de repressão vão sendo revogadas e a oposição vai conquistando espaço.

O regime militar foi instalado no dia 1 de abril de 1964 com o golpe de Estado que derrubou o presidente constitucionalmente eleito, João Goulart. O propósito era “lutar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia”¹². No entanto, dispositivos e órgãos legais, tais como os **Atos Institucionais – AI** e o **Serviço Nacional de Informações – SNI** (1964), foram criados para concentrar e fortalecer o campo de atuação do Poder Executivo, tendo em vista o controle e a repressão dos cidadãos adversários. Ferir os princípios democráticos à sombra de justificativas legais foi uma das principais características do regime militar.

Desde a sua fundação em 1889, o Estado Republicano brasileiro sempre conviveu com a oposição social organizada, que nunca deixou de resistir ainda que sob os governos autoritários de Getúlio Vargas (1930-1945) e dos militares. Após o impacto inicial da perseguição realizada pelo governo militar em seus primeiros anos, os grupos de oposição passaram a se rearticular frente à nova situação. Em 1968, Carlos Marighella rompeu com o Partido Comunista Brasileiro – PCB, devido ao posicionamento do partido em se afastar da luta armada, e fundou a Ação Libertadora Nacional – ALN. Inúmeros novos grupos também foram surgindo, inclusive com a presença de militares, como no caso da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, que contou com a liderança do capitão do Exército Carlos Lamarca. A partir de 1968, com a intensificação das ações dos grupos de luta armada no campo e nas cidades (bombas, expropriações, sequestros de embaixadores e cônsules), a Junta Provisória que substituiu o presidente Artur da Costa e Silva criou a nova Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969), cujas penas variavam desde a reclusão até a pena de morte.

A brutalidade promovida pelo governo Costa e Silva (1967-1969), por meio da atuação da **Operação Bandeirante – OBAN** e do **Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna – DOI-CODI** como principais órgãos responsáveis pelas práticas de tortura, culminou no desaparecimento dos grupos de ação armada durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), marcado pelo extermínio da chamada **Guerrilha do Araguaia** em 1974.

Durante a primeira metade da década de 1970, surgiram sinais de um amplo desgaste da imagem do regime militar: crise gerada pelo fim do período de crescimento econômico, o chamado “milagre brasileiro”; vitória do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, partido da oposição, nas principais cidades e Estados através das eleições legislativas de 1974; pressão da Igreja Católica contra a manutenção da prática da tortura e o aumento do número dos desaparecidos políticos, pois o governo não mais assumia seus mortos. Neste sentido, o assassinato de Alexandre Vannucci Leme (estudante universitário de Geologia – USP e membro da Ação Libertadora Nacional – ALN, morto em 1973), de Vladimir Herzog (jornalista e diretor da TV Cultura, morto em 1975) e de Manoel Fiel Filho (operário metalúrgico acusado de receber o jornal “Voz Operária” do Partido Comunista Brasileiro – PCB, morto em 1976) causaram enorme indignação e mobilizaram principalmente setores da classe média, da Igreja Católica, da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e de parlamentares em manifestações de protesto contra as arbitrariedades do regime.

O governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) é associado, então, à chamada abertura política lenta, gradual e segura. “Em meados da década de 1970, a oposição política desencadeou de maneira vigorosa a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Formaram-se entidades como o Movimento Feminino pela Anistia – MFPA, liderado por Therezinha Zerbinii, e os Comitês Brasileiros pela Anistia, espalhados por vários Estados. Esta luta fortaleceu-se em diferentes segmentos da sociedade civil e tomou as ruas, sobretudo em 1978”¹³. A Lei da Anistia - nº 6.683, de 28 agosto de 1979, no entanto, oficializou a “estranha tese da anistia recíproca, ou seja, anistiam-se, no mesmo movimento, os revolucionários e suas ações e a tortura e os torturadores”¹⁴.

Ainda nesse contexto, durante o governo de João Batista Figueiredo (1979-1985), ressurgiu a organização sindical do movimento operário, desencadeada pelos trabalhadores das cidades do ABC paulista. Em 1979, metalúrgicos da cidade de São Bernardo do Campo organizaram mais de 3 milhões de trabalhadores numa sucessão de greves em várias partes do país. As reivindicações voltavam-se para as liberdades democráticas, bem como para as melhorias e as garantias trabalhistas.

Em dezembro de 1979, foi aprovada a lei de organização partidária que extinguiu o bipartidarismo do Movimento Democrático Brasileiro – MDB e da Aliança Renovadora Nacional – ARENA, permitindo o surgimento de novos partidos políticos. Diferenças de posicionamentos ideológicos levaram ao nascimento do Partido Democrático Social – PDS, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, do Partido Democrático Trabalhista – PDT e do Partido dos Trabalhadores – PT.

Após a eleição de vereadores a governadores por voto direto, ocorrida em novembro de 1982, a população em geral se mobilizou em prol de eleições diretas para a presidência da República. Organizado em 1983, o “Movimento Diretas Já” reuniu milhões de pessoas sob esse objetivo, impulsionadas inclusive pela esperança na resolução de problemas econômicos e sociais, tais como segurança, inflação e melhores salários. No entanto, a emenda constitucional proposta pelo deputado federal Dante de Oliveira, cuja aprovação possibilitaria a eleição direta, foi derrubada pelo Congresso Nacional e a escolha do novo presidente passou para a responsabilidade do Colégio Eleitoral. Assim, os candidatos da oposição Tancredo Neves e José Sarney foram eleitos para a presidência e a vice-presidência no dia 15 de janeiro de 1985, colocando fim em 21 anos de regime militar.

Segundo Marilena Chauf, um dos caminhos possíveis para a transformação da realidade brasileira numa sociedade efetivamente democrática se encontra na **educação em direitos humanos**, entendida por ela como a formação *da e para* a cidadania. Este processo educativo se baseia na compreensão do que são os direitos dos cidadãos e no incentivo à criação de novos direitos, bem como na luta contra a violência social, econômica, política e cultural.

Vida e morte de Vladimir Herzog (1937-1975)

Vladimir Herzog e sua família imigraram da Croácia (antiga Iugoslávia) para o Brasil em 1946, quando ele tinha nove anos de idade. A carreira como jornalista teve início no jornal O Estado de São Paulo em 1959, onde alcançou o cargo de chefe de reportagem. Em sua trajetória profissional, Herzog trabalhou como produtor e locutor na BBC – Londres durante dois anos e, de volta ao Brasil, foi editor cultural da revista Visão durante cinco anos. Na TV Cultura, atuou como secretário do jornal Hora da Notícia e, logo em seguida, assumiu a direção do Departamento de Telejornalismo, em 1973. “Nessa função, começou a colocar em prática seu conceito de “*responsabilidade social do jornalismo*”. Defendia que a TV Cultura deveria produzir um jornalismo profissional, que não fosse servil ao Estado e que, mais do que educativo ou cultural, fosse público”¹⁵. Também foi professor universitário e escreveu uma peça de teatro.

Durante os meses de setembro e outubro de 1975, a Operação Jacarta (nome dado em referência à execução, realizada em setembro de 1965, de 700 mil membros do Partido Comunista em Jacarta, capital da Indonésia) do DOI-CODI/SP capturou, prendeu e

torturou quase cem cidadãos, sob a acusação de pertencerem ao Partido Comunista Brasileiro – PCB. Homem de esquerda e amigo de comunistas, Vladimir Herzog foi procurado no dia 24 de outubro de 1975 para prestar alguns esclarecimentos. No dia seguinte, compareceu voluntariamente às dependências do DOI-CODI na rua Tuoia e, menos de oito horas depois, o II Exército informava a sua morte. Segundo a versão oficial, Herzog teria cometido suicídio, enforcando-se com o cinto do macacão de presidiário.

No entanto, os depoimentos de George Duque Estrada e Leandro Konder, jornalistas presos na ocasião, apontaram que o macacão obrigatório não possuía cinto e que ouviram os gritos de Vlado, como era conhecido, durante as torturas. Além disso, o relato do comitê funerário judaico, que realizou a preparação do corpo para o sepultamento, confirmou as marcas de tortura. Espalhou-se, então, a descrença generalizada na versão oficial dos médicos legistas Harry Shibata, Arildo de Toledo Viana e Armando Canger Rodrigues.

Logo, a repercussão da notícia de sua morte “mudou o Brasil. Provocou a primeira grande reação popular contra a tortura, as prisões arbitrárias, o desrespeito aos direitos humanos”¹⁶. Vários foram os segmentos da sociedade civil que realizaram demonstrações de solidariedade e indignação: o Sindicato dos Jornalistas declarou vigília permanente e encaminhou pedido de inquérito sobre as causas da morte de Vladimir Herzog ao Poder Judiciário; os estudantes da Universidade de São Paulo – USP iniciaram greve geral, sendo acompanhados pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP, Faculdade Cásper Líbero e Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP; a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB enviou ofício ao presidente Geisel, pedindo esclarecimentos sobre a morte de Herzog. E, por o dia 31 de outubro de 1975, a população foi convocada a participar de um culto ecumênico na Catedral da Sé.

A Polícia Militar e a Polícia Civil bloquearam as principais avenidas da cidade, com o objetivo de cercar a praça da Sé e impedir o acesso da população ao culto ecumênico em memória de Vladimir Herzog. Ainda assim, entre oito e mais de dez mil pessoas conseguiram comparecer ao evento religioso. Algo parecido havia ocorrido em 1973, quando a missa realizada no dia 30 de março em memória do estudante Alexandre Vannucchi Leme reuniu cinco mil pessoas na Catedral da Sé.

O cardeal arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, os rabinos Henry Sobel e Marcelo Ritner, e o reverendo Jaime Wright celebraram o culto ecumênico, que contou também com a presença de Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda. Segundo o depoimento de Dom Paulo Evaristo Arns, “a celebração da catedral foi de uma emoção tocante e de uma participação raramente experimentada”, além de ter marcado o compromisso de mais de mil jornalistas em “assumir a luta pela liberdade de imprensa e assim por todas as demais liberdades indispensáveis à democracia”¹⁷. A partir dessa ocasião, familiares e amigos de cidadãos revolucionários, presos ou ex-presos políticos, deram ênfase ao movimento pela anistia. Neste contexto, em 1978, a família de Vladimir Herzog moveu uma ação judicial que declarou a responsabilidade da União por sua prisão, tortura e morte. Em 1979, com a promulgação da Lei da Anistia, uma comissão de familiares organizou e entregou ao senador Teótonio Vilela, presidente da Comissão Mista sobre a Anistia no Congresso Nacional, um dossiê contendo informações sobre os casos de mortos e desaparecidos políticos.

Também em 1979, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, a família Herzog e outras entidades criaram o Prêmio Jornalista Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. Na época, o objetivo do Prêmio voltava-se para a divulgação das arbitrariedades do regime militar. Atualmente, continua a incentivar jornalistas conscientes de seu papel na construção efetiva da cidadania no país. No dia 25 de junho de 2009, foi fundado o Instituto Vladimir Herzog – uma nova iniciativa da família e de amigos, com o objetivo de centralizar a documentação existente sobre Vlado e disponibilizá-la aos pesquisadores e interessados, além de se tornar um espaço de discussão sobre o jornalismo e as novas mídias, bem como sobre os direitos humanos.

^[1] ELIAS, 2004, pg 116.

^[2] João Pessoa foi assassinado em 26 de julho de 1930 por um de seus adversários políticos. Na condição de candidato derrotado nas urnas, sua morte foi explorada politicamente e ele considerado mártir da revolução.

^[3] FAUSTO, 2006, pg 201.

^[4] FAUSTO, 2006, pg 208.

^[5] CARVALHO, 2008.

^[6] FAUSTO, 2006, pg 257.

^[7] Mortos e desaparecidos políticos: um regste da memória brasileira. In: TELES, 2001, pg 160.

^[8] FILHO, Daniel Araújo Reis. A anistia recíproca no Brasil ou a arte de reconstruir a História. In: TELES, 2001, pg 136.

^[9] Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

^[10] MARKUN, 1985, pg 11.

^[11] MARKUN, 1985, pg 213.